

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO (AGENTE DE CONTRATAÇÕES)
DESIGNADO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2025 DO MUNICÍPIO DE SÃO
JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/RJ**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2025

Processo Administrativo nº 6250/2025

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ASFÁLTICOS

REGISTRO DE PREÇOS / MENOR VALOR UNITÁRIO

Modo de disputa: ABERTO

DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE ASFALTO LTDA – DISBRAL, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ (MF) sob o n. ° 26.917.005/0002-58, por seu procurador legal ao final subscrito, com o acato e o respeito devidos, vem à digna presença de Vossa Senhoria, apresentar:

RECURSO ADMINISTRATIVO contra a INABILITAÇÃO INDEVIDA da licitante DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE ASFALTO LTDA – DISBRAL, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ (MF) sob o n. ° 26.917.005/0002-58, **COM PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO DE JULGAMENTO**

Proferido no processo em epígrafe, aduzindo, para tanto, as razões fáticas e os fundamentos jurídicos a seguir aduzidos:

I - DA TEMPESTIVIDADE

1. O presente instrumento convocatório estabelece prazo de 3 (três) dias, a contar da ocorrência para interposição de recurso, conforme item 11.2.3:

“ **11.2.3.** Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses. “

2. O prazo de recurso previsto na Lei 14.133 é considerado em **dias úteis**, portando, considerando que a intenção de recurso ocorreu em 05/09/2025, o prazo final é **10/09/2025**.

II. DAS RAZOES DO RECURSO

3. A presente licitação tem por objeto a “Contratação de empresa especializada, na modalidade pregão, a aquisição de cimento asfáltico de petróleo (CAP 30/45), emulsão asfáltica RM-1C e asfalto diluído CM-30 para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transportes (SOPUT), para que possamos (sic) dar continuidade aos serviços de pavimentação em vias públicas urbanas no município de São José do Vale do Rio Preto”, baseando-se na demanda de manutenção da malha viária do Município, ocorrida em exercícios anteriores:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
01	Cimento asfáltico de petróleo (CAP 30/45)	Ton	1000
02	Emulsão asfáltica RM-1C	Ton	1000
03	Asfalto diluído CM-30	Ton	80

4. Dando regular prosseguimento ao processo licitatório, a **Licitante Recorrente Disbral**, apresentou proposta de preços, apresentando o melhor lance para os itens 2 e 3, e restando como classificada no item 01. No entanto, após envio e análise da documentação de habilitação, foi “considerada inabilitada na parte técnica”, sob a mesma alegação, em todos os lotes, conforme transcrição a seguir:

“

A inabilitação decorre da **não apresentação** da documentação exigida, conforme o item **9.12.1.5** do Edital do Pregão Eletrônico nº 09/2025, que estabelece:

- **9.12.1.5 – Comprovante de inscrição ativa no Cadastro Técnico Federal (CTF/APP)** do IBAMA, em nome da empresa proponente, **devidamente compatível** com as atividades de **comercialização, transporte, armazenamento ou industrialização** de produtos asfálticos;

O edital prevê que a inscrição no CTF/APP deve ser compatível com as atividades acima mencionadas. Todavia, a empresa licitante **não apresentou** o código referente à atividade de **comercialização de produtos asfálticos**, descumprindo a exigência editalícia.

Adicionalmente, cumpre destacar que, de acordo com a Instrução Normativa nº 13, de 23 de agosto de 2021, que regulamenta a obrigação de inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais:

- Art. 2º – Para os efeitos desta Instrução Normativa, entende-se por:
 - I – Atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais: aquelas relacionadas:
 - a) nas **categorias 1 (um) a 20 (vinte) do Anexo I**, conforme art. 17-C e Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981;
 - b) nas categorias 21 (vinte e um) e 22 (vinte e dois) do Anexo I, em razão de outros normativos federais ou de abrangência nacional, que determinem o controle e fiscalização ambiental de atividades.
- Art. 10º – São obrigadas à inscrição no CTF/APP as pessoas físicas e jurídicas que se dediquem, isolada ou cumulativamente:
 - I – a atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais, nos termos do art. 2º, inciso I;
 - II – à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente; e
 - III – à extração, produção, transporte e comercialização de produtos e subprodutos da fauna e flora.
- § 1º A inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais de pessoas físicas e jurídicas que exerçam as atividades mencionadas no caput é condição obrigatória para prestação de serviços do Ibama que dependam de declaração de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais.
- § 2º A declaração, no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais, de atividades que sejam constantes do objeto social ou da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) não desobriga a pessoa jurídica de declarar outras atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais que estejam relacionadas no Anexo I e que sejam exercidas pelo estabelecimento.

3. Conclusão

Diante do exposto, a empresa DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE ASFALTO LTDA não atende aos requisitos de habilitação técnica previstos no edital, tornando-se inabilitada para participação na fase de adjudicação, em conformidade com a legislação vigente e normas ambientais aplicáveis.

”

5. Inicialmente, cabe destacar que a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

6. A inabilitação conferida de forma subjetiva, sem análise profunda quanto ao atendimento dos requisitos e à legislação regulatória, ademais sem as necessárias diligências previstas em lei, ou ainda a ausência de diligência adequada e a desclassificação sumária violam o devido processo legal e os princípios da ampla defesa e contraditório, conforme firme jurisprudência pátria.

III - DO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS E UTILIZADORAS E RECURSOS AMBIENTAIS – CTF/APP E DA FTE APLICÁVEL

7. A empresa foi inabilitada sob a alegação de que o comprovante de inscrição ativa no Cadastro Técnico Federal (CTF/APP) do IBAMA estaria incompatível com as atividades exigidas no item 9.12.1.5 do edital, que trata de comercialização, transporte, armazenamento ou industrialização de produtos asfálticos.

8. Ora, a recorrente Distribuidora Brasileira de Asfalto Ltda encontra-se regularmente autorizada a exercer a atividade de fabricação de produtos petroquímicos básicos, conforme o CNAE 20.21-5/00, e está devidamente licenciada junto aos órgãos ambientais competentes, incluindo o IBAMA, **sob o FTE código 15-2**, que corresponde à atividade de:

“Fabricação de produtos derivados do processamento de petróleo, de rochas betuminosas e da madeira”.

9. A empresa enquadrada na Categoria 15 do IBAMA, conforme o Cadastro Técnico Federal (CTF/APP), está registrada para a fabricação de produtos químicos, incluindo emulsões asfálticas como a **emulsão RM-1C**, que são classificadas como produtos petroquímicos básicos.

10. Segundo o IBAMA, essa categoria compreende automaticamente a comercialização dos produtos fabricados, especialmente quando se trata de produtos destinados ao mercado, como os utilizados em pavimentação rodoviária. Essa descrição abrange diretamente a fabricação de emulsões asfálticas, que são produtos derivados do petróleo.

11. De acordo com a Ficha Técnica de Enquadramento (FTE) 15-2 do IBAMA, a atividade de fabricação de produtos petroquímicos básicos compreende automaticamente a comercialização dos produtos fabricados. Isso significa que, do ponto de vista ambiental e econômico, não há necessidade de CNAE adicional para fins de comercialização, e por conseguinte, de FTE específica para tal (ademais, porque nem existe uma FTE específica para asfaltos, e sim somente para produtos químicos e petroquímicos, como é o presente caso).

12. Ressalta-se que o código 15-2 (FTE), sob o qual está corretamente enquadrada a empresa recorrente, abrange expressamente:

“- A fabricação de asfalto de petróleo preparado (em refinarias), utilizado na pavimentação de estradas;

- A fabricação de asfalto de petróleo, cimento asfáltico ou outros resíduos de óleos de petróleo obtidos em refinaria;

- A produção de derivados de petróleo e gás natural;

- A fabricação de produtos do refino de petróleo;

- A fabricação de produtos derivados do petróleo formulados, misturados ou produzidos de outras formas;

- A fabricação de produtos da primeira geração petroquímica;

- A fabricação de produtos petroquímicos básicos.”

13. Além disso, a Ficha Técnica de Enquadramento (FTE) do IBAMA - código 15-2 prevê a classificação no **CNAE 20.21-5-00** – Fabricação de produtos petroquímicos básicos, incluindo asfaltos, o que corresponde exatamente à atividade exercida pela DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE ASFALTO LTDA.



14. Segundo essa FTE, a atividade compreende automaticamente a comercialização dos produtos fabricados. Ou seja, do ponto de vista ambiental e regulatório, ao se enquadrar no FTE 15-2 e no CNAE correspondente, a empresa está autorizada a fabricar e comercializar os produtos petroquímicos asfálticos, sem necessidade de incluir um CNAE ou FTE adicional apenas para a comercialização, o que seria redundante.

15. Não há necessidade de incluir um código adicional de comércio (como os da categoria 18) quando a empresa não atua como mera revendedora, mas sim como fabricante que comercializa seus próprios produtos. Assim, a inscrição está plenamente compatível com a exigência editalícia.”

16. Voltando ao texto que fundamentou a inabilitação, a qual teria se dado nos termos do “art. 2º, inciso I, da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, **estão sujeitas à inscrição no CTF/APP as atividades relacionadas nas categorias 1 a 20 do Anexo I**”: ora, a categoria **15-2** está dentro desse rol (1 a 20), sendo que esta categoria abrange a fabricação de produtos

petroquímicos básicos, cuja descrição técnica compreende também a comercialização dos produtos fabricados.

17. Assim, a empresa recorrente, ao apresentar inscrição válida no CTF/APP sob o código 15-2, atendeu integralmente à exigência editalícia, habilitada para “I - Atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais” e “II - à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente “. Conforme documentação acostada no certame, abaixo reproduzida, a Recorrente cumpre com todas as obrigações exigidas:

 Ministério do Meio Ambiente Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis CADASTROS TÉCNICOS FEDERAIS CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR 			
Registro n.º	Data da consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
3185315	05/06/2025	05/06/2025	05/09/2025
Dados básicos:			
CNPJ : 26.917.005/0002-58			
Razão Social : DISTRIBUDORA BRASILEIRA DE ASFALTO LTDA			
Nome fantasia : DISBRAL			
Data de abertura : 01/11/1991			
Endereço:			
logradouro: RUA SÃO JUDAS TADEU N° 288			
N.º: 288		Complemento:	
Bairro: DISTRITO INDUSTRIAL		Município: SARZEDO	
CEP: 32450-000		UF: MG	
Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP			
Código	Descrição		
15-2	Fabricação de produtos derivados do processamento de petróleo, de rochas betuminosas e da madeira		
18-1	Transporte de cargas perigosas		
Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa jurídica está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTF/APP.			
O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades			

Ora, a FTE do código 15-2 é cristalina, sobre a fabricação e distribuição de emulsões e produtos derivados de petróleo, inclusive asfaltos:

IBAMA M M A							
Ministério do Meio Ambiente Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP							
FICHA TÉCNICA DE ENQUADRAMENTO							
Código:	15 – 2	Descrição:	Fabricação de produtos derivados do processamento de petróleo, de rochas betuminosas e da madeira				
Versão FTE:	1.4	Data:	25/09/2024				
PP/GU:	Alto	Tipo de pessoa:	Pessoa jurídica:	Sim	Pessoa física:	Não	
A descrição compreende: ⁽¹⁾							
<ul style="list-style-type: none"> - a produção de derivados de petróleo e gás natural; - a fabricação de produtos do refino de petróleo; - a fabricação de alcatrão de petróleo; - a fabricação de asfalto de petróleo preparado (em refinarias), utilizado na pavimentação de estradas; - a fabricação de asfalto de petróleo, cimento asfáltico ou outros resíduos de óleos de petróleo obtidos em refinaria; - a fabricação do gás metano obtido no refino do petróleo; - a fabricação do gás etano obtido no refino do petróleo; 							

18. Já a Categoria **18-7** do IBAMA, pela qual a Comissão entendeu que se aplica aos itens, principalmente de emulsão, refere-se somente ao comércio de produtos químicos e perigosos, não contemplando a fabricação.

19. Reforçando, a empresa recorrente está devidamente enquadrada na Categoria 15 do IBAMA, que abrange a fabricação e comercialização de produtos petroquímicos, como a **emulsão RM-1C**. Além disso, possui habilitação junto à ANP como distribuidora de asfaltos, conforme exigido pela Resolução ANP nº 933/2023. Por outro lado, empresas enquadradas apenas na Categoria 18-7 do IBAMA não possuem autorização para fabricar ou distribuir emulsões asfálticas reguladas pela ANP. Portanto, não há lógica técnica ou legal em inabilitar a fabricante/distribuidora habilitada e habilitar uma empresa de simples comércio químico, sem respaldo regulatório para atuar nesse segmento.

20. A própria FTE do código 18-7, que trata de comercialização e pela qual se habilitou a licitante “GRECA” no item da emulsão RM-1C, prevê que tal código não permite, isoladamente, a fabricação desse produto químico:

É obrigada à inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais, declarando a atividade **cód. 18-7**, a pessoa jurídica que exerça atividade, em caráter permanente ou eventual, ou constitua empreendimento, conforme descrições no campo acima.

A descrição não compreende:
(Para descrições com código em parênteses, consulte as respectivas FTE.)
<ul style="list-style-type: none"> - a fabricação de ingrediente ativo químico ou físico-químico empregado na preparação do produto remediador (15 – 1); - a formulação de produto remediador químico ou físico-químico em sua forma final de apresentação (15 – 1); - a preparação de produto remediador químico ou físico-químico em sua forma final de apresentação (15 – 1); - o fracionamento de produto remediador químico ou físico-químico em sua forma final de apresentação (15 – 1); - o reenvase de produto remediador químico ou físico-químico em sua forma final de apresentação (15 – 1); - a fabricação de ingrediente ativo químico empregado na preparação de produto dispersante químico (15 – 1); - a formulação de produto dispersante químico em sua forma final de apresentação (15 – 1); - a preparação de produto dispersante químico em sua forma final de apresentação (15 – 1);

(...)

- o depósito de estocagem de produto perigoso para terceiros (18 – 5);
- o distribuidor de asfaltos (18 – 6);
- o distribuidor de asfaltos diluídos de petróleo (18 – 6);
- o distribuidor de combustíveis de aviação (18 – 6);
- o distribuidor de combustíveis líquidos (18 – 6);
- o distribuidor de derivado de petróleo (18 – 6);

21. Da simples leitura acima, percebe-se o erro flagrante da comissão, devendo revisar seus atos, habilitando a DISBRAL e inabilitando as demais licitantes.

22. Cumpre destacar que outra das empresas licitantes consideradas vencedoras (Stratura) encontram-se enquadrada no CTF/APP sob o código 15-1, que trata da “Produção de substâncias e fabricação de produtos químicos”, conforme Ficha Técnica de Enquadramento (FTE) do IBAMA. Este código é voltado à fabricação de ácidos, aditivos, óleos, graxas, solventes, álcoois e adesivos, sendo classificado no CNAE 2099-1/99 – Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente, ou seja, um enquadramento genérico e não voltado à atividade de comercialização ou industrialização de produtos asfálticos ou derivados de petróleo (caso do asfalto, derivado diretamente produzido em refinarias de petróleo).

23. Dessa forma, verifica-se que as outras empresas não apresentaram o código correto referente à atividade de comercialização ou industrialização de produtos asfálticos, descumprindo a exigência editalícia prevista no item 9.12.1.5. Assim, além da necessária habilitação da Recorrente, requer-se de plano a inabilitação das referidas empresas, por não atenderem ao requisito técnico exigido, e o reconhecimento pleno da habilitação da empresa recorrente em todos os itens, eis que atende integralmente ao enquadramento exigido.

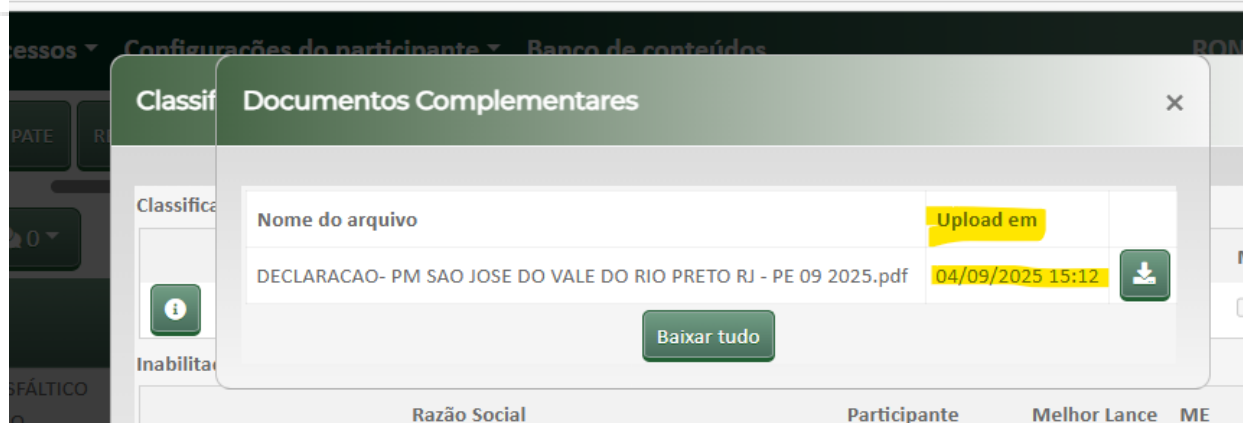
24. Ademais, não se entende como a licitante ‘GRECA ASFALTOS’ foi habilitada para o item de emulsões, com um CNPJ de escritório de “revenda” (e não de fabricação de RM-1C), ademais que fora inabilitada de plano para os demais itens, conforme parecer da própria comissão e print da decisão:

Em análise à fase de habilitação do presente certame, verifica-se que a empresa **GRECA DISTRIBUIDORA DE ASFALTOS LTDA** não atendeu integralmente às exigências documentais previstas no edital do Pregão Eletrônico nº 09/2025, conforme segue:

- **9.12.1.2 Licença de Operação Ambiental (LO):** O edital requer expressamente a apresentação de Licença de Operação Ambiental vigente, emitida por órgão ambiental competente, autorizando o exercício das atividades relacionadas ao fornecimento dos materiais objeto do certame, porém a licitante apresentou a certidão de inexistência de licença ambiental referente ao escritório administrativo, documento este que não supre a exigência editalícia.
- **9.12.1.4 Certificado de Registro no Conselho Regional de Química – CRQ:** o edital solicita documento comprobatório do registro regular da empresa junto ao Conselho Regional de Química da respectiva jurisdição. Entretanto, a licitante não apresentou o referido documento, descumprindo a exigência.
- **9.12.1.5 Comprovante de inscrição ativa no Cadastro Técnico Federal (CTF/APP):** o edital requer a apresentação de comprovante ativo em nome da empresa proponente, devidamente compatível com as atividades de comercialização, transporte, armazenamento ou industrialização de produtos asfálticos. A licitante apresentou cadastro contemplando algumas atividades, porém, quanto à atividade de transporte de cargas perigosas, apresentou registro vinculado apenas ao transporte de óleo lubrificante usado ou contaminado, o que não atende à exigência de transporte de cargas perigosas relacionadas a produtos asfálticos, resultando no não atendimento integral da condição editalícia.

25. Ora, verifica-se que a GRECA anexou ao portal a Declaração Unificada corrigida somente em 04/09/2025 (vide print abaixo)! E isto, após ser inabilitada em outro item, em claro descumprimento à Lei de Licitações em vigor.

ps://bilcompras.com/BatchList?param1=lgkzJnOZcvKCU5FnUj/oOPrWpEFVL/OeiU69HVJ0fU4qu/zKtOuM34JNs8s6qbJ15trFIKI



26. Ademais, o CTF/APP do IBAMA desta empresa está igual ao da Recorrente, classificada pelo código 15-2. Ora, se a emulsão RM-1C é um produto de fabricação das distribuidoras de asfalto, e não atividade de revenda, como pode a DISBRAL ser desclassificada

por possuir CNAE e FTE de fabricante, e a GRECA ser habilitada por possuir CTF de simples comércio? Não há lógica!

27. O mesmo ocorre com a Licitante Stratura Asfaltos:

1. Objeto do Parecer

Em análise à fase de habilitação técnica do presente certame, verifica-se que a **STRATURA AS-FALTOS S/A**, inscrita no CNPJ nº **59.128.553/0036-05**, que apresentou o terceiro melhor lance para o Lote 02 - Emulsão Asfáltica RM-1C, foi considerada inabilitada na parte técnica.

2. Fundamentação

A inabilitação decorre da **não apresentação da documentação exigida**, conforme o item 9.12.1.5 do Edital do Pregão Eletrônico nº 09/2025, que estabelece:

- **9.12.1.5 – Comprovante de inscrição ativa no Cadastro Técnico Federal (CTF/APP)** do IBAMA, em nome da empresa proponente, devidamente compatível com as atividades de comercialização, transporte, armazenamento ou industrialização de produtos asfálticos;

28. De novo, como pode a Administração entender pela inabilitação destas empresas em alguns lotes, e habilitação em outros, com a mesma documentação ou com argumentos diferentes, em prejuízo somente da Recorrente? Sendo que elas não atendem corretamente a classificação do IBAMA (inscritas no item 15-1 ou 18-7, erroneamente).

IV - Da Capacidade Técnica e Regularidade Jurídica

29. A Disbral é **devidamente habilitada junto à ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis)** para o exercício da atividade de produção e comercialização de asfalto, conforme exigido pela legislação regulatória. Além disso, encontra-se **regular junto aos órgãos ambientais (IBAMA, SEMMAS, etc.), Polícia Federal, Corpo de Bombeiros e demais entidades fiscalizadoras**, sem contar os Conselhos regionais de Química e o de Engenharia, o que comprova sua plena conformidade com os requisitos legais e técnicos para atuação no setor.

30. Ademais, conforme já suscitado, a empresa é devidamente habilitada perante a Agência Nacional de Petróleo para essas atividades (fabricação, transportes, revenda, comercialização, etc), conforme explanado adiante.

DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO
AUTORIZAÇÃO Nº 408, DE 27 DE AGOSTO DE 2009

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pelas Portarias ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 02, de 19 de janeiro de 2005, e o que consta do Processo n.º 48610.000352/2008-79, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE ASFALTO S/A - DISBRAL, CNPJ n.º 26.917.005/0002-58, com autorização para o exercício da atividade de distribuição de asfaltos, autorizada a operar as instalações de armazenamento e distribuição de asfaltos localizadas na Rua São Judas Tadeu, n.º 288 - Distrito Industrial - Município de Sarzedo - MG - CEP: 32450-000.

As referidas instalações compreendem os tanques verticais listados na tabela abaixo, com capacidade total de armazenamento de 1.209,79 m³:

Tanque n.º	Diâmetro (m)	Altura / (m)	Volume (m³)	Produto
01	5,72	6,00	154,70	CAB

31. Conforme Resolução ANP n.º 2/2005, atualizada pela RESOLUÇÃO ANP Nº 933, DE 5 DE OUTUBRO DE 2023 - DOU DE 09-10-2023:

“Art. 1º Ficam estabelecidos os requisitos necessários à autorização para o exercício da atividade de distribuição de asfaltos e a sua regulamentação.

Parágrafo único. A atividade de distribuição de asfaltos, considerada de utilidade pública, compreende a aquisição, o armazenamento, o transporte, a aditivação, **a industrialização, as misturas, a comercialização**, o controle de qualidade e a assistência técnica ao consumidor.

Art. 4º A outorga da autorização dependerá da apresentação, pela pessoa jurídica interessada, de:
VI - comprovação da qualificação técnico-econômica do empreendimento;

VII - comprovante de posse de pelo menos uma base de asfaltos, de uso exclusivo do distribuidor, própria ou arrendada, com instalações de armazenamento e distribuição que disponha de sistema de aquecimento, mistura, aditivação e distribuição, que atenda aos requisitos de obtenção da Autorização de Operação, conforme Resolução ANP n.º 784, de 26 de abril de 2019, a qual será outorgada conjuntamente com a autorização para o exercício da atividade de distribuição de asfaltos;”

32. O próprio site da ANP prevê que a “ distribuição do asfalto é uma atividade regulamentada pela ANP e compreende os agentes autorizados pela Agência a adquirir, armazenar, aditar, industrializar, misturar, comercializar, exercer o controle de qualidade do produto e prestar assistência técnica ao consumidor.” (in: <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/distribuicao-e-revenda/distribuidor/asfaltos>).

33. Além de estar regularmente autorizada para operar, fabricar e comercializar asfaltos (“Distribuidora”), é importante ressaltar que as suas instalações também estão devidamente

homologadas pela ANP, conforme Licença de Operação (LO) da ANP emitida e Licença Ambiental respectiva, as quais só são emitidas para aquelas distribuidoras realmente capacitadas para tal (vide documentação de habilitação juntada no portal),

34. A Recorrente figura entre as **cinco maiores distribuidoras de asfalto do Brasil**, com atuação consolidada em diversos estados da federação. Ao longo de sua trajetória, contratou com mais de **400 prefeituras**, além de órgãos de grande relevância como:

- **Departamentos de Estradas de Rodagem** dos estados de **Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rondônia**;
- **Batalhões do Exército Brasileiro**;
- **Concessionárias de rodovias**.

35. Esse histórico demonstra não apenas a **capacidade técnica e operacional**, mas também a **confiança institucional e regulatória** que a empresa conquistou ao longo de décadas de atuação.

36. A DISBRAL é constantemente fiscalizada pelos órgãos competentes, o que reforça sua idoneidade técnica e jurídica. A empresa mantém licenças atualizadas, certificados de conformidade, auditorias ambientais e controle de qualidade rigoroso, o que garante a segurança e eficiência dos produtos fornecidos.

37. Deve, portanto, ser reconsiderada a inabilitação da Recorrente sob pena de ferir os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade e da publicidade da licitação.

38. Por todo o exposto, pede que o presente recurso seja conhecido e provido, porque cabível e tempestivo, reconsiderando-se a decisão que inabilitou a Licitante DISBRAL, para que esta seja habilitada e conseqüentemente tornar o processo justo e dentro dos limítrofes legais, por tratar-se de direito líquido e certo.

39. Requer-se, portanto, a volta da classificação, original do certame, conforme print abaixo, mantendo a Recorrente como vencedora dos itens 2 e 3, bem como inabilitar a licitante “GRECA” e “STRATURA” de todos os lotes, inclusive do lote 1 (por razões expressas pela própria Comissão e acima reproduzidas), passando a DISBRAL a primeira classificada e habilitada, em todos os lotes:

VENCEDORES DO PROCESSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2025
Processo Administrativo Nº 6250/2025
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: FLAVIANA MEDEIROS L. RIBEIRO
Data de Publicação: 07/08/2025 11:49:35

TOTAL DO PROCESSO: 9.840.800,00			
GRECA DISTRIBUIDORA DE ASFALTOS LTDA		02.351.006/0022-63	5.300.000,00
LOTE 1	Quant.: 1	Num: 847 Lance: 5.300,00	Total: 5.300.000,00
Item: 1	Unidade: T.	Marca: PETROBRAS	Modelo: CAP 30/45
Descrição: CIMENTO ASFÁLTICO DE PETRÓLEO CAP 30/45.			
Quantidade: 1.000	Val. Ref.: 5.483,83	Valor Unit.: 5.300,00	Total Item: 5.300.000,00
DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE ASFALTO LTDA		26.917.005/0002-58	4.540.800,00
LOTE 2	Quant.: 1	Num: 702 Lance: 3.968,00	Total: 3.968.000,00
Item: 2	Unidade: T.	Marca: PROPRIA	Modelo: RM1C
Descrição: Emulsão Asfáltica RM-1C			
Quantidade: 1.000	Val. Ref.: 4.220,02	Valor Unit.: 3.968,00	Total Item: 3.968.000,00
LOTE 3	Quant.: 1	Num: 233 Lance: 7.160,00	Total: 572.800,00
Item: 3	Unidade: T.	Marca: PETROBRAS	Modelo: CM30
Descrição: ASFALTO DILUÍDO CM-30			
Quantidade: 80	Val. Ref.: 7.164,87	Valor Unit.: 7.160,00	Total Item: 572.800,00

DO PEDIDO

40. Enfim, face as razões fáticas e jurídicas atinentes ao caso em apreço, nada mais resta a recorrente, senão REQUERER:

- Que seja reformada as decisões, atos e atas os quais declarou a Recorrente DISBRAL inabilitada, por ferir os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da igualdade;
- Que seja acatado na íntegra o presente Recurso, por possuir total guarida em nosso ordenamento jurídico, conforme documentação e argumentos acostados, de forma a não frustrar os princípios constitucionais da isonomia, vinculação do instrumento convocatório e busca da melhor propostas, sem danos ao erário;
- Que seja declarada HABILITADA a licitante DISBRAL - DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE ASFALTO LTDA, nos itens 1, 2 e 3 no referido Certame, por ter cumprido com todos os requisitos do edital, inclusive no tocante aos itens de Qualificação Técnica, inabilitando ou mantendo a inabilitação das demais participantes, visando promover um ato dentro de todos os moldes legais e tornando o processo justo e legal;

- d) Se, em hipótese remota, restar mantida a decisão primeira, REQUER-SE a remessa do presente Recurso à Autoridade Superior, para o devido reexame da matéria recorrida;
- e) Por fim, caso não acatado os pedidos e reversão da inabilitação, pede-se a expedição de cópia integral das peças do certame e pareceres, para imediato ajuizamento da demanda, por ser medida de lédima justiça.

Nestes temos,
Pede deferimento

Sarzedo/MG, 9 de setembro de 2025.

DISBRAL - DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE ASFALTO LTDA.

CNPJ/MF sob o nº 26.917.005/0002-09

Sidnei Humberto Pedroso Oliveira

Gerente de Licitações e Contratos

CPF Nº 284.316.808-22

OAB/SP Nº 222.656